



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS PROF. ANTÔNIO GARCIA FILHO
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL**



LUCAS DOS SANTOS OLIVEIRA

**TERAPIA OCUPACIONAL E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO JUNTO
A ADOLESCENTES USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS:
REVISÃO DA LITERATURA**

LAGARTO/SE-2019

LUCAS DOS SANTOS OLIVEIRA

Orientadora: Profa Dra. Martha Morais Minatel

**TERAPIA OCUPACIONAL E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO JUNTO
A ADOLESCENTES USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS:
REVISÃO DA LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Terapia
Ocupacional da Universidade Federal de
Sergipe como pré-requisito para obtenção
do grau de Bacharel em Terapia
Ocupacional.

LAGARTO/SE-2019

LUCAS DOS SANTOS OLIVEIRA

**TERAPIA OCUPACIONAL E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO JUNTO
A ADOLESCENTES USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS:
REVISÃO DA LITERATURA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado e aprovado como cumprimento das exigências legais da Resolução 36/2011 CONEPE-UFS do currículo do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Sergipe, Lagarto/SE.

Lagarto/SE, ____ de _____ de _____.

Avaliadores:

Profa Dra. Martha Morais Minatel
Orientadora

Profa. Dra. Raphaela Schiassi Hernandes
Membro da Banca Examinadora

Me. Rogerio Andrade dos Santos
Membro da Banca Examinadora

RESUMO

O uso de álcool e outras drogas por adolescentes implica na formulação de uma rede de políticas e de estratégias efetivas, com qualidade e resolutividade, sendo o terapeuta ocupacional um profissional com competências para esse trabalho. Objetivou-se realizar uma revisão da literatura acerca da prática profissional do terapeuta ocupacional junto a adolescentes usuários de álcool e outras drogas. Foi realizada uma revisão sistemática em periódicos da Terapia Ocupacional, demais revistas e bases de dados, utilizando como descritores: *Adolescente; Serviços de saúde mental e Transtornos relacionados com substâncias*. Identificou-se que a produção científica na área é reduzida, dos 6.912 artigos, somente três se adequavam aos critérios de inclusão deste estudo. Embora limitada, esta revisão da literatura apresentou algumas estratégias utilizadas por terapeutas ocupacionais junto aos adolescentes que fazem uso de álcool e outras drogas. Nos três trabalhos inclusos há limitação na apresentação sobre os fundamentos e teorias que orientam a prática profissional, independente da escolha dos recursos terapêuticos. Tão pouco os trabalhos se propuseram a fazer uma análise macrossocial da questão das drogas no universo adolescente, apenas objetivaram a descrição de uma intervenção pontual focada nos sujeitos ou grupos específicos destacando a potencialidade dos recursos utilizados na intervenção. Considera-se que os artigos utilizados demonstram a eficácia das estratégias e recursos utilizados nas intervenções. No entanto, ainda é precário e pouco explorado o conhecimento prático do terapeuta ocupacional e suas formas de atuar com essa população em relação ao tema da pesquisa, o que evidencia a importância de pesquisas futuras na área.

Palavras chave: *Adolescente; Serviços de Saúde Mental; Transtornos relacionados com substâncias.*

ABSTRACT

The use of alcohol and other drugs by adolescents implies the formulation of a network of policies and effective strategies, with quality and resolution, being the occupational therapist a professional with skills for this work. The aim of this study was to review the literature on occupational therapist professional practice with adolescents who use alcohol and other drugs. A systematic review was performed in Occupational Therapy journals, other journals and databases, using as descriptors: *Adolescents; Mental health services e Substance-related disorders*. It was identified that the scientific production in the area is reduced, of the 6,912 articles, only three met the inclusion criteria of this study. Although limited, this literature review presented some strategies used by occupational therapists among adolescents who use alcohol and other drugs. In the three papers included there is a limitation in the presentation of the fundamentals and theories that guide professional practice, regardless of the choice of therapeutic resources. Neither the papers proposed to make a macrosocial analysis of the issue of drugs in the adolescent universe, only aimed to describe a specific intervention focused on specific subjects or groups highlighting the potentiality of the resources used in the intervention. The articles used are considered to demonstrate the effectiveness of the strategies and resources used in the interventions. However, the practical knowledge of the occupational therapist and his ways of working with this population regarding the research theme is still precarious and little explored, which highlights the importance of future research in this area.

Keywords: *Teen; Mental Health Services; Substance-related disorder*

TERAPIA OCUPACIONAL E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO JUNTO A ADOLESCENTES USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS: REVISÃO DA LITERATURA

OCCUPATIONAL THERAPY AND POSSIBILITIES OF INTERVENTION WITH USERS OF ALCOHOL AND OTHER DRUGS: LITERATURE REVIEW

1. INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase de transição complexa e dinâmica entre a infância e a idade adulta com intensas transformações e conflitos advindos do processo de formação da identidade (ALVES, 2008). Segundo Eisenstein (2005) não há consenso acerca do seu período, depende, pois, da referência que se utiliza, para a Organização Mundial da Saúde (OMS) o período compreende a idade entre 10 e 19 anos; para a Organização das Nações Unidas (ONU) inclui a faixa etária entre 15 e 24 anos; já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera o adolescente aquele entre 12 a 18 anos de idade.

A adolescência é descrita por Alves (2008, pág.09) como um “período de construção e reconstrução”, caracteriza-se como um marco, no qual traz mudanças biopsicossociais importantes ao decorrer da vida. O autor descreve também que entre as mudanças que ocorrem na adolescência estão: a escolha profissional, o início da vida sexual, os conflitos familiares, emocionais, as mudanças corporais, dentre outras. Na mesma direção, Prata (2006) relata a adolescência como uma etapa transitória, marcada por um intenso ciclo de múltiplas mudanças profundas nos aspectos físicos, sociais e psicológicos do adolescente.

Considerando as múltiplas transformações nesta fase da vida, estudos associam a aproximação desses sujeitos com o uso de substâncias psicoativas. Para Malbergier (2012), o uso das drogas na adolescência pode ocorrer em associação a diversos fatores externos ao indivíduo, como os educacionais, familiares, as condições sociais precárias e os fatores internos como a personalidade, a busca por autonomia, independência e possíveis transtornos psiquiátricos.

Segundo a OMS (1993), o termo “Drogas” se refere a toda substância natural ou sintética que introduzida no organismo vivo, pode modificar uma ou mais de suas funções. De acordo com Lopes e Rezende (2014), as drogas psicotrópicas possuem a capacidade de alterar o funcionamento do cérebro e provocar modificações mentais e psíquicas durante o seu uso.

Na literatura pode-se observar diversas classificações relacionadas às drogas. De acordo com Carlini et al. (2001), as drogas podem ser classificadas nos termos legais. As lícitas são livremente comercializadas, possuindo restrições em seu consumo como as bebidas alcoólicas para menores de 18 anos, já as ilícitas são proibidas por lei, sendo considerado crime o seu comércio.

As drogas podem ser classificadas em três grupos de acordo com as atividades que exercem no cérebro. De acordo com Lima (2013), as depressoras são caracterizadas por reduzir as atividades do sistema nervoso central, sendo o álcool, barbitúricos, benzodiazepínicos, solventes ou inalantes e opiáceos, as estimulantes possuindo o objetivo de aumentar as capacidades neuronais, são elas a anfetamina e cocaína e as perturbadoras, provocam alterações significativas no funcionamento cerebral, podendo ocasionar delírios e alucinações durante o seu uso, são elas a maconha, alucinógenos, LSD, Ecstasy e anticolinérgicos.

As drogas também podem ser classificadas segundo a OMS (1993) em relação ao seu uso como o uso ocasional ou experimental, correspondente a experimentação quando disponível sem prejuízos significativos, podendo ocorrer a perda do interesse em seguida. Já o uso nocivo, corresponde ao padrão de uso regular causando prejuízos mentais e físicos à saúde do usuário. A dependência caracteriza-se como o uso prejudicial através da necessidade física e/ou psicológica do uso constante de determinada droga.

De acordo com Silva (2015), os tipos de usuários são: experimentais, no qual seu uso é geralmente pela busca por sensações ou desejo de vivenciar novas experiências, não tornando-se dependente após seu uso. Os usuários ocasionais, no qual utiliza a droga em momentos específicos da sua vida. Usuários habituais, sendo o uso da droga frequente, porém mantendo as suas atividades cotidianas. Usuários disfuncionais, definidos como dependentes, abandonam as demais atividades em favor das drogas.

Segundo o levantamento realizado por Nascimento e Avallone (2013) com uma amostra composta por 1.316 estudantes, foi identificado que 48% dos participantes foram considerados usuários experimentais, 20% dos participantes como não usuários, 27% faziam uso abusivo das drogas e 5% indicavam dependência. Em relação às drogas consumidas, observou-se que 43% utilizavam álcool, 39% dos participantes utilizavam analgésicos, 37% preferiam o tabaco, 28% faziam uso da maconha, 26% dos solventes, 20% faziam uso do crack e 16% optavam pelo consumo da cocaína (NASCIMENTO; AVALLONE, 2013).

É evidente a complexidade existente acerca do uso de álcool e outras drogas por adolescentes, o que implica a formulação de uma rede de políticas e estratégias efetivas, com qualidade e resolutividade. Em função do aumento disseminado do consumo dessas

substâncias, tornando-se assim uma questão de ordem pública, Delgado (2005) afirma que a complexidade dos problemas decorrentes das drogas tem originado no contexto da saúde, repostas políticas para o seu enfrentamento.

Neste sentido, a assistência pública direcionada aos usuários de álcool e drogas se construiu a partir de uma série de avanços. A Reforma Psiquiátrica através da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, exerceu grande influência nas políticas públicas ao propor um novo modelo de cuidado, promovendo a reformulação da assistência prestada às pessoas com transtornos mentais e usuários de drogas (BRASIL, 2001).

Em relação ao consumo de álcool por crianças e adolescentes, o ECA em seu artigo 81, inciso II, proíbe a venda de bebidas alcoólicas e criminaliza tal conduta (BRASIL, 1990).

O Art. 243 determina a penalização por:

Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica (BRASIL, 1990).

Historicamente, várias leis foram criadas em torno do uso e tráfico de drogas. A Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, estabelece medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências (BRASIL, 1976). A Lei nº 10.409, de 11 de janeiro de 2002, determina medidas acerca da prevenção, tratamento, fiscalização, controle e repreensão relacionados a produção, uso e tráficos de drogas. Em seu Art. 8º determina a proibição do plantio, colheita, cultura e exploração de drogas em nível nacional sem a autorização do Ministério da Saúde, salvo o § 1º em que determina o seu uso exclusivo para fins medicinais ou científicos (BRASIL, 2012).

Ambas as leis apresentadas, a Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976 e a Lei nº 10.409, de 11 de janeiro de 2002, foram revogadas pela Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (BRASIL, 2016) através do Art. 1º que descreve a instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD e prescreve medidas direcionadas a prevenção do uso indevido de drogas, medidas de atenção e reinserção social dos dependente e usuários, estabelece também normas repreensivas acerca da produção sem autorização de drogas e sobre o tráfico ilícito.

Sendo regulamentada pelo Decreto nº 5.912, de 27 de setembro de 2006, que trata das políticas públicas sobre drogas e da instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD, e dá outras providências (BRASIL, 2006).

No ano de 2017, ocorreram mudanças significativas na Política Nacional de Saúde Mental e na Rede de Atenção Psicossocial com a promulgação da Portaria nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017, promovendo assim, maiores financiamentos de leitos em hospitais psiquiátricos e a criação do CAPS ad IV, direcionado às pessoas sob uso de drogas nas regiões denominadas de cracolândias. A portaria é vista como um grande retrocesso nas políticas antimanicomiais construídas ao longo dos anos no Brasil (BRASIL, 2017).

Em 2019 foi lançada a Nota Técnica 11/2019, possuindo como norte principal, a inclusão do hospital psiquiátrico na Rede de Atenção Psicossocial, composto predominantemente por uma equipe médica e um maior investimento nas Comunidades Terapêuticas. A nota técnica direcionada às crianças e adolescentes, defende o tratamento em conjunto de crianças, adolescentes e adultos nas unidades psiquiátricas (BRASIL, 2019a). Em relação a internação de crianças e adolescentes em unidades psiquiátricas, a nota técnica afirma a inexistência de impedimentos legais, indicando também a necessidade que tais prática ocorram em Enfermarias Especializadas (BRASIL, 2019a).

A internação psiquiátrica de crianças e adolescentes é juridicamente possível, desde que algumas condições especiais sejam respeitadas. É vedada a permanência de crianças e adolescentes em leitos hospitalares psiquiátricos situados na mesma área de abrigo (quarto, enfermaria ou ala) de adultos, e mesmo a convivência em atividades recreativas ou terapêuticas em ambientes comuns. Porém, quando forem indicadas pelo médico, e devidamente registradas em laudos, como providências úteis ao tratamento em si, sob o ponto de vista do estrito interesse da saúde do paciente (criança e do adolescente), e desde que haja a prévia autorização de quem de direito (do responsável, na internação voluntária ou involuntária, ou do Juiz de Direito, na internação compulsória), poderá haver exceções a essa regra. (BRASIL, 2019).

Recentemente, promulgou-se a Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019, que aborda o incentivo Federal às Comunidades terapêuticas e atribui medidas mais rígidas acerca da Política Nacional sobre Drogas – PNAD (BRASIL, 2019b).

Em seu Art. 23 A, § 5º determina que a internação involuntária:

- I - Deve ser realizada após a formalização da decisão por médico responsável;
- II - Será indicada depois da avaliação sobre o tipo de droga utilizada, o padrão de uso e na hipótese comprovada da impossibilidade de utilização de outras alternativas terapêuticas previstas na rede de atenção à saúde;
- III - perdurará apenas pelo tempo necessário à desintoxicação, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, tendo seu término determinado pelo médico responsável;
- IV - A família ou o representante legal poderá, a qualquer tempo, requerer ao médico a interrupção do tratamento (BRASIL, 2019).

As Comunidades terapêuticas, segundo alguns pesquisadores na área são definidas como “medidas de alta exigência, ações baseadas no medo, à repressão, na persuasão moral e na intolerância ao uso de drogas, que impõem a abstinência como pré-condição para o ingresso em um programa de tratamento” (MACHADO; BOARINI, 2013, pág. 582).

A estratégia prevista nos documentos oficiais utilizada antes da promulgação da lei transcrita acima pelo Ministério da Saúde na busca da compreensão do usuário de substâncias psicoativas em sua totalidade, consistia na implantação dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS ad), através da Portaria nº 816, de 30 de abril de 2002. Possuindo como uma de suas funções servir como base territorial de saúde prestando atendimento clínico especializado aos usuários de álcool e outras drogas, objetivando assim a inserção social dos mesmos (VIEIRA, 2010).

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) através da Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, buscou garantir o direito das pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2011).

A RAPS é constituída pelos seguintes componentes:

- I - Atenção Básica em Saúde;
- II - Atenção Psicossocial Especializada;
- III - Atenção de Urgência e Emergência;
- IV - Atenção Residencial de Caráter Transitório;
- V - Atenção Hospitalar;
- VI - Estratégias de Desinstitucionalização; e
- VI - Reabilitação Psicossocial.

O CAPS ad propõe atendimentos mais humanizados a usuários em sofrimento mental através da estratégia de Redução de Danos (LACERDA e FUENTES, 2017). Segundo Inglez-Dias *et al.* (2014) a redução de danos utilizada pelo CAPS ad, através da Lei nº 10.409, de 11 de janeiro de 2002 é compreendida como uma estratégia de minimização dos riscos e danos associados ao uso do álcool e outras drogas, mesmo que o usuário não consiga ou tenha a pretensão de interromper o consumo por um período de tempo.

Contudo a partir da Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019, estratégia de Redução de Danos deixou de ser uma política de Estado no âmbito da saúde pública, possibilitando a utilização de outras estratégias de intervenções, com propostas baseadas nas internações involuntárias e uma atenção maior as comunidades terapêuticas no SISNAD. Segundo Gomes, Marcatti e Salgado (2019) a referida lei representa um total retrocesso nos avanços conquistados acerca dos direitos das pessoas com transtornos mentais. Identificando também que as novas estratégias não contribuem no processo de inclusão dos mesmos, visto que segregam, anulam a sua subjetividade e produzem obstáculos na sua inserção na sociedade.

O referido autor em seus estudos afirma que;

A nova lei abre espaço para o cometimento de violações aos direitos humanos, como práticas de tortura, tratamentos cruéis, desumanos e degradantes amplamente

utilizados no passado e que foram veementemente combatidos pelo movimento da reforma psiquiátrica que resultou na edição da Lei nº 10.216/2001 (GOMES; MARCATTI; SALGADO, 2019, pág. 11).

Atuando em diversos tipos de serviços ofertados aos adolescentes usuários de álcool e outras drogas, o profissional Terapeuta Ocupacional compõe as equipes da Rede de Atenção Psicossocial-RAPS, nos diferentes níveis de complexidade, propondo compreender o adolescente nos seus diversos contextos, auxiliando na promoção de habilidades sociais, autonomia e acesso a bens e serviços, através das intervenções e ações desenvolvidas (SILVA; MURTA, 2009; TSZESNIOSKI *et al.*, 2015).

Diante dos diferentes serviços que se insere o terapeuta ocupacional e das possibilidades de intervenção, a seguinte questão de pesquisa foi construída: Quais as estratégias de prática e referenciais teóricos e metodológicos o terapeuta ocupacional tem utilizado junto a adolescentes que fazem uso de álcool e outras drogas no contexto nacional a partir da literatura científica?

Nessa direção, o objetivo deste estudo foi realizar uma revisão da literatura acerca da prática profissional do terapeuta ocupacional junto a adolescentes usuários de álcool e outras drogas no contexto nacional.

2. METODOLOGIA

Foi escolhida para este estudo a revisão sistemática, tendo como objetivo utilizar a literatura disponível sobre um tema específico como fonte de informações. A revisão sistemática é descrita como uma “estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada” (MANCINI; SAMPAIO, 2007).

2.1 Procedimentos Metodológicos

Mancini e Sampaio (2007) descrevem em seus estudos que a revisão sistemática seja efetuada em cinco fases bem delimitadas: 1) Definição do tema; 2) Busca de evidências; 3) Revisão e seleção dos estudos; 4) Análise da qualidade metodológica dos estudos; 5) Apresentação dos resultados.

1. A definição do tema envolve o objeto que se pretende estudar, as produções científicas que abordam a intervenção da terapia ocupacional junto a adolescentes usuários de álcool e outras drogas.

2. A busca de evidências implicou na escolha dos periódicos e bases de dados. Foram selecionadas para a busca de evidências científicas, publicações em periódicos da Terapia Ocupacional, revistas e bases de dados sendo estes: Cadernos de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo (USP) e a Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional (REVISBRATO), nas bases de dados PubMed, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), além das revistas: Revistas Científicas Eletrônicas da FAIT, Revista Adolescência e Saúde, Revista Brasileira em Promoção da Saúde (RBPS).

Os descritores utilizados para a busca foram: *Adolescentes; Serviços de saúde mental e Transtornos relacionados com substâncias*.

O período temporal considerado para a revisão encontra-se de 2009 a 2019. Os artigos foram selecionados através dos títulos e da leitura dos resumos. Utilizou-se como critério de inclusão: referir-se à prática profissional do terapeuta ocupacional junto a adolescentes usuários de álcool e outras drogas. Como critérios de exclusão: artigos que não se enquadrassem no período temporal pré-determinado, estudos que abordassem outras práticas profissionais e estudos que não abordem a temática estudada.

3. Na Revisão e seleção dos estudos, foi realizada a busca por artigos que resultou no total de 6.912 artigos, após a leitura dos títulos e resumos dos artigos encontrados, apenas 1 artigo da Revista Científica Eletrônica da FAIT, um artigo da Revista Adolescência e Saúde e outro da Revista Brasileira em Promoção da Saúde (RBPS) totalizando 3 artigos que se adequaram ao critério de inclusão deste estudo. Os demais artigos traziam enfoques que não eram pertinentes a este estudo.

A quarta e quinta fase serão descritas nos resultados e discussão por implicar diretamente na análise e apresentação dos resultados dos estudos identificados. A seguir serão apresentados os resultados encontrados e discutidos à luz da literatura da terapia ocupacional, das políticas públicas voltadas para essa problemática e a especificidade da criança e adolescente.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os resultados encontrados, foi possível verificar que a produção científica utilizada nesta pesquisa, mostra-se em um número bastante reduzido, dos 6.912 artigos identificados nas buscas, somente três deles abordam as práticas utilizadas nas intervenções do Terapeuta Ocupacional neste contexto.

Quadro 01: Periódico/ base de dados, descritores utilizados, resultados encontrados e artigos que responderam aos critérios de inclusão.

(Continua...)

Periódico/ Base de dados	Descritor	Resultados encontrados	Artigos inclusos
Cadernos de Terapia Ocupacional da Universidade de São Carlos (UFSCar)	Adolescentes.	55 artigos	Nenhum
	Serviços de saúde mental.	42 artigos	Nenhum
	Transtornos relacionados com substâncias.	02 artigos	Nenhum
Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo (USP)	Adolescentes.	97 artigos	Nenhum
	Serviços de saúde mental.	178 artigos	Nenhum
	Transtornos relacionados com substâncias.	14 artigos	Nenhum
Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional (REVISBRATO)	Adolescentes.	06 artigos	Nenhum
	Serviços de saúde mental.	05 artigos	Nenhum
	Transtornos relacionados com substâncias.	Nenhum	Nenhum
Revistas Científicas Eletrônicas da FAIT	Adolescentes.	06 artigos	01 artigo
	Serviços de saúde mental.	Nenhum	Nenhum
	Transtornos relacionados com substâncias.	Nenhum	Nenhum
Revista Adolescência e Saúde	Adolescentes.	30 artigos	01 artigo
	Serviços de saúde mental.	01 artigo	Nenhum
	Transtornos relacionados com substâncias.	05 artigos	Nenhum
Revista Brasileira em Promoção da Saúde (RBPS)	Adolescentes.	87 artigos	01 artigo
	Serviços de saúde mental.	12 artigos	Nenhum
	Transtornos relacionados com substâncias.	03 artigos	Nenhum
PubMed	Adolescentes.	342 artigos	Nenhum
	Serviços de saúde mental.	13 artigos	Nenhum
	Transtornos relacionados com substâncias.	04 artigos	Nenhum

Scientific Eletronic Library Online (Scielo)	Adolescentes.	4598 artigos	Nenhum
	Serviços de saúde mental.	981 artigos	Nenhum
	Transtornos relacionados com substâncias.	131 artigos	Nenhum
Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)	Adolescentes.	220 artigos	Nenhum
	Serviços de saúde mental.	78 artigos	Nenhum
	Transtornos relacionados com substâncias.	02 artigos	Nenhum

Fonte: Construído pelo pesquisador.

Os artigos que não foram incluídos no estudo, traziam enfoques que não eram as estratégias de prática do terapeuta ocupacional junto a adolescentes que fazem uso de álcool e outras drogas em suas intervenções, possuindo como conteúdos principais por exemplo: a utilização de medidas socioeducativas; a violência; o bullying; a saúde mental de jovens em situação de vulnerabilidade social; gravidez na adolescência; sexualidade; sobrepeso e obesidade entre adolescentes, dentre outros temas, sem fazer referência ao trabalho do terapeuta ocupacional junto a esses sujeitos especificamente.

Destaca-se que não foram encontrados artigos nos periódicos específicos de Terapia Ocupacional ou nas bases de dados pesquisadas que contemplassem o critério de inclusão na amostra.

Somente três revistas, a saber, Revistas Científicas Eletrônicas da FAIT, Revista Adolescência e Saúde e Revista Brasileira em Promoção da Saúde (RBPS), tiveram artigos que responderam aos critérios de inclusão.

No Quadro 02, apresentado a seguir, serão detalhados os artigos inclusos na amostra.

Quadro 02: Artigos que abordam a prática profissional do Terapeuta Ocupacional junto a adolescentes usuários de álcool e outras drogas.

(Continua...)

Autores (ano)	Hermeto <i>et al.</i> (2013)	Silva; Rosa (2017)	Barbosa; Oliveira (2013)
Revista	<i>Revista Brasileira em Promoção da Saúde (RBPS)</i>	<i>Revista Adolescência e Saúde</i>	<i>Revistas Científicas Eletrônicas da FAIT</i>

Título	Teatro como recurso terapêutico na prevenção ao uso de drogas: percepção de adolescentes	Jogos e música: recursos terapêuticos ocupacionais no tratamento de adolescentes usuários de substâncias psicoativas	A intervenção da terapia ocupacional no tratamento de adolescentes dependentes químicos
Objetivo do trabalho	Compreender a importância da atividade teatral como recurso terapêutico ocupacional na prevenção ao uso de drogas ilícitas por adolescentes inseridos em um projeto psicossocial comunitário.	Investigar sobre a eficácia da música e de jogos como recursos terapêuticos ocupacionais no atendimento de usuários de substâncias psicoativas em tratamento, internados em um hospital psiquiátrico da região centro-oeste do interior paulista.	Discutir a atuação da terapia ocupacional no tratamento de adolescentes dependentes químicos e o desempenho ocupacional no ambiente onde está inserido e os fatores de risco presentes no seu dia a dia por meio de levantamentos de referências bibliográficas constatando a comprovação cientificamente eficaz dessa intervenção.
Tipo de estudo/ Metodologia	Estudo qualitativo, descritivo, sob a perspectiva crítico-reflexiva. Realizado em um centro comunitário na Comunidade do Dendê, em Fortaleza-CE, cuja coleta de dados ocorreu de março a maio de 2009, tendo como sujeitos dez (10) adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de 12 a 18 anos, em situação de vulnerabilidade social, vinculados ao Grupo de Expressões Sócio Teatrais em Terapia Ocupacional (GESTTO). Utilizou-se entrevista estruturada, observação simples dos grupos de atividades teatrais e diário de campo. A análise do material empírico se baseou na análise do discurso de Orlandi.	Estudo realizado durante o Estágio Supervisionado de Terapia Ocupacional (TO) em Saúde Mental e Dependência química de uma Universidade Estadual de São Paulo. Participaram aproximadamente 10 adolescentes com faixa etária de 9 a 17 anos. Para coleta de dados foram realizadas 11 oficinas durante três meses, com duração de uma hora, realizadas em sala de TO do hospital. Durante as oficinas a música e jogos "adaptados" foram utilizados como recursos. Os dados foram registrados em áudio e diário de campo e a análise dos dados foi baseada na análise temática de conteúdo.	Não há especificação.
Principais resultados	Evidenciou-se que as atividades teatrais, utilizadas como recurso terapêutico ocupacional, favorecem o aumento da autoestima, a reestruturação do modelo de identidade social e a descoberta de potencialidades e capacidades por parte dos adolescentes, para serem agentes multiplicadores na prevenção ao uso de drogas na comunidade.	Os jogos e a música utilizados no atendimento terapêutico ocupacional com adolescentes usuários de substâncias psicoativas configuraram-se como ferramentas eficazes e potentes no tratamento. Possibilitou abordagem de assuntos pertinentes aos aspectos cognitivos, interação social, expressão de sentimentos, simulações de situações reais de vida, exposição às situações de	Os resultados apresentados derivam de revisão da literatura sem especificação, destacando possibilidades de intervenção e objetivos abordados na intervenção terapêutica ocupacional de um modo geral com dependentes químicos e pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas.

		vulnerabilidade à riscos, possibilidades de escolhas, entre outras, de forma atrativa, lúdica, divertida, expressiva e dinâmica.	
Conclusões dos autores	A atividade teatral proporcionou aos adolescentes esclarecimentos quanto ao uso e abuso de drogas ilícitas, tornando-os sensíveis à prevenção e auto identidade, transformando seu cotidiano.	Foi possível verificar a importância de ações e estratégias específicas como recursos terapêuticos potentes para uma intervenção promissora e eficiente no tratamento da dependência química, auxiliando o adolescente no (re) estabelecimento e empoderamento do protagonista de vida.	Os autores fazem destacar que o terapeuta ocupacional pode trabalhar com essa problemática, porém que há escassez de estudos na área.

Fonte: Construído pelo pesquisador.

Dos artigos selecionados, HERMETO *et al.*, (2013); SILVA; ROSA, (2017) são provenientes de revistas indexadas, já o artigo de Barbosa e Oliveira (2013) não possui indexação.

Em relação aos artigos apresentados, dois deles evidenciam as práticas do terapeuta ocupacional em seus resumos HERMETO *et al.*, (2013); SILVA; ROSA, (2017). No estudo de Barbosa e Oliveira (2013) não houve a identificação das estratégias e práticas utilizadas em seu resumo, sendo necessário a realização da leitura de todo o texto para a sua compreensão.

Quanto ao tipo de pesquisa, dois artigos tratam-se de pesquisas originais, de campo HERMETO *et al.*, (2013); SILVA; ROSA, (2017) e outro de uma revisão bibliográfica, sem nenhuma menção no trabalho especificando a metodologia BARBOSA; OLIVEIRA, (2013). Sobre os sujeitos e local das pesquisas de campo, o artigo de HERMETO *et al.* (2013) teve como participantes 10 adolescentes, de ambos os sexos, na faixa etária de 12 a 18 anos de um centro comunitário. O artigo de SILVA; ROSA, (2017) também contou com a participação de 10 adolescentes (incluindo crianças) com faixa etária de 9 a 17 anos, todos do sexo masculino, em um hospital psiquiátrico.

Embora sejam com participantes da mesma idade os estudos acima apresentados foram desenvolvidos em contextos de práticas diferentes um em um centro comunitário HERMETO *et al.*, (2013) e outro no hospital psiquiátrico BARBOSA; OLIVEIRA, (2013) o que revela possíveis locais onde o terapeuta ocupacional tem desenvolvido suas ações junto a esse público.

Considerando a questão norteadora desta pesquisa que busca entender as estratégias da prática profissional e o embasamento teórico e metodológico utilizado junto a adolescentes que fazem uso de álcool e outras drogas, nos dois estudos de intervenção apresentados não há uma demarcação clara pelos autores do referencial escolhido, apenas apresentação dos recursos utilizados. Fato esse que aponta para a necessidade de análises críticas e reflexivas dos processos de trabalho do terapeuta ocupacional sobre seus fundamentos teórico e metodológicos na legitimação do trabalho na área e ampliação das evidências científicas para intervenções futuras.

Quanto às estratégias de intervenção, ambos os estudos de campo trouxeram experiências grupais com diversos tipos de recursos, tais como teatro, jogos e músicas.

No texto de HERMETO *et al.*, (2013) as atividades teatrais são apresentadas como recurso terapêutico ocupacional, com objetivo de promover ao adolescente a descoberta das suas potencialidades, capacidades, aumentar a sua autoestima e torná-los multiplicadores através das encenações propostas, para os demais membros da sua comunidade, objetivando a prevenção ao uso de álcool e outras drogas. Para os autores, o teatro proporciona ao adolescente a oportunidade de compreender as mais diversas situações do seu cotidiano e expressar através da ação teatral sua criatividade, sentimentos e prazer.

O estudo de SILVA; ROSA, (2017) utiliza como recursos, a música e os jogos em suas práticas terapêuticas ocupacionais. Segundo os autores a escolha dos recursos, foi proveniente da sua potencialidade lúdica, possibilitando ao adolescente uma melhor adesão aos atendimentos, a (re)descoberta de sua identidade na sociedade e dos papéis ocupacionais afetados pelo uso de álcool e outras drogas, auxiliando o adolescente em seu autoconhecimento e possibilitando seu processo de aprendizagem, expressão dos sentimentos e socialização. Segundo os autores a utilização dos jogos como recurso terapêutico, proporciona a criação de vínculo, do cooperativismo, respeito às regras e os limites entre os adolescentes, desenvolvendo desta forma suas capacidades criativas nas resoluções das problemáticas do seu cotidiano. Já a música como recurso terapêutico ocupacional proporciona a abordagem de diversas problemáticas relacionadas às dificuldades socioeconômicas e aos conflitos familiares.

Embora não seja uma pesquisa de campo, no artigo de BARBOSA; OLIVEIRA, (2013), a literatura apresentada também destaca as possibilidades de intervenção e recursos possíveis utilizados pela terapia ocupacional, destacando a história clínica e familiar, a orientação e oferta de apoio ao adolescente e a família em atendimentos individuais ou na formação de grupos sobre o processo de dependência química e as suas consequências na realização dos seus papéis ocupacionais.

Embora limitada, esta revisão da literatura apresentou algumas estratégias utilizadas por terapeutas ocupacionais junto aos adolescentes que fazem uso de álcool e outras drogas. Nos três trabalhos inclusos há limitação na apresentação sobre os fundamentos e teorias que orientam a prática profissional, independente da escolha dos recursos terapêuticos. Tão pouco os trabalhos se propuseram a fazer uma análise macrossocial da questão das drogas no universo adolescente, apenas objetivaram a descrição de uma intervenção pontual focada nos sujeitos ou grupos específicos destacando a potencialidade dos recursos utilizados na intervenção.

Tais resultados levantam questionamentos quanto a escassez de materiais teórico práticos do terapeuta ocupacional nessa área, tais como: há dificuldades no registro e relato científico por parte dos terapeutas ocupacionais de suas práticas profissionais? Os terapeutas ocupacionais tem sido preparados para analisar criticamente o que produzem em seus cotidianos de trabalho? Como tem sido focalizado os trabalhos em saúde específicos para adolescentes na formação do terapeuta ocupacional? Há dificuldades de executar na prática cotidiana dos serviços em saúde ou socioassistenciais, ações voltadas especificamente aos adolescentes e que atendam suas demandas?

Não vislumbra-se responder tais questionamentos, apenas apontar necessidade de estudos futuros junto aos profissionais em diferentes contextos da RAPS ou de serviços socioassistenciais que trabalham com adolescentes, especialmente, adolescentes que fazem uso de substâncias psicoativas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da apresentação dos artigos referentes a pesquisa, considera-se que o presente estudo atendeu ao objetivo proposto, evidenciando em seus resultados dados sobre as práticas utilizadas pelo profissional do terapeuta ocupacional em suas intervenções.

Diante dos limites deste estudo, foi observado que há escassez nas publicações referentes a produção sobre as estratégias de prática do terapeuta ocupacional utilizadas em suas intervenções com adolescentes que fazem uso de álcool e outras drogas. Em geral os artigos utilizados demonstram a eficácia das estratégias e recursos utilizados nas intervenções. No entanto, ainda é precário e pouco explorado o conhecimento prático do terapeuta ocupacional e suas formas de atuar com essa população em relação ao tema da pesquisa.

Por fim, é de fundamental importância que os terapeutas ocupacionais produzam e divulguem as práticas e estratégias utilizadas nas intervenções, para o crescimento e fortalecimento da profissão nesse campo de trabalho.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, G. M. A construção da identidade do adolescente e a influência dos rótulos na mesma. 2008. 50f. Trabalho de Conclusão de Curso, Psicologia, **Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC**. Disponível em: <<http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/GabrielaMacileAlves.pdf>>. Acesso em 16 outubro, 2019.

BARBOSA, T. C.; OLIVEIRA, O. F. A intervenção da terapia ocupacional no tratamento de adolescentes dependentes químicos. **Revistas Científicas Eletrônicas da FAIT**. 1ª ed. Nov. 2013.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 1990.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. **Diário Oficial da União**. Brasília 2001.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Decreto nº 5.912, de 27 de setembro de 2006. Regulamenta a Lei no 11.343, de 23 de agosto de 2006, que trata das políticas públicas sobre drogas e da instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**. Brasília 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria 3588 de 21 de dezembro de 2017. Altera as Portarias de Consolidação no 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Nota Técnica nº11/2019 - Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas. **Diário Oficial da União**. Brasília. 2019a.

BRASIL. Lei n. 6.368 de 21 de outubro de 1976. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1976.

BRASIL. Lei nº 10.409, de 11 de janeiro de 2002. Dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícitos de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica, assim elencados pelo Ministério da Saúde, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2002.

BRASIL. Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019. Altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706,

de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2019b.

CARLINI et. al. Drogas psicotrópicas- O que são e como agem. **Rev. Imesc.**, n. 3, p. 9-35.2001.

CEZAR, M. de A.; OLIVEIRA, M. Redução de danos: uma experiência na atenção básica. **Mental**, Barbacena, v. 11, n. 21, p. 486-500, dez. 2017.

DELGADO, PG. Drogas: o desafio da saúde pública. In: ACSELRAD, G. org. *Avessos do prazer: drogas, Aids e direitos humanos* [online]. **2nd ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ**, 2005.

EISENSTEIN, E. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolescência & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 6-7, abr./jun. 2005.

GOMES, S. P.; MARCATTI V. de C. M. M.; SALGADO L. R. A Internação Involuntária: uma abordagem à luz da lei nº 13.840/2019. **Revista Científica Integrada UNAERP Campus Guarujá**, jun. de 2019.

HERMETO, E. M. C.; FERNANDES, L. L. A.; SILVA, N. M.; HOLANDA, I. C. L. C. Teatro como recurso terapêutico na prevenção ao uso de drogas: percepção de adolescentes. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde** (Print), v. 26, p. 333-339, 2013.

INGLEZ-DIAS, A. et al. Políticas de redução de danos no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 147-158, jan. de 2014.

LACERDA, C. de B.; FUENTES-ROJAS, M. Significados e sentidos atribuídos ao Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD) por seus usuários: um estudo de caso. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 21, n. 61, p. 363-372, junho de 2017.

LIMA, E. H. Educação em Saúde e Uso de Drogas: um estudo acerca da representação da droga para jovens em cumprimento de medidas educativas. Tese de Doutorado, **Centro de Pesquisas René Rachou/ Fiocruz**, Belo Horizonte, 2013.

LOPES, A. P.; REZENDE, M. M. Consumo de substâncias psicoativas em estudantes do ensino médio. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 29-40, ago. 2014.

MACHADO, L. V.; BOARINI, M. L. Políticas sobre drogas no Brasil: a estratégia de redução de danos. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 580-595, 2013.

MALBERGIER, A.; CARDOSO, L. R. D.; AMARAL, R. A. Uso de substâncias na adolescência e problemas familiares. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 4, p. 678-688, abril de 2012.

NASCIMENTO, M. O.; AVALLONE D. D.M. Prevalência do uso de drogas entre adolescentes nos diferentes turnos escolares. **Adolescente e Saúde**. 2013;10(4):41-49

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10**. Porto Alegre: Editora Artes Medicas Sul, 1993.

PAIVA, H. N. et al. Associação do uso de drogas lícitas e ilícitas, sexo e condição socioeconômica entre adolescentes de 12 anos de idade. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 153-159, Jun 2018.

PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A. Levantamento dos motivos e dos responsáveis pelo primeiro contato de adolescentes do ensino médio com substâncias psicoativas. **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (Ed. port.)**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, ago. 2006.

RIBEIRO, J. et al. Intervenção da Terapia Ocupacional na toxicodependência: estudo de caso na Comunidade Terapêutica Clínica do Outeiro – Portugal. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 5, p. 1585-1596, May 2019.

SAMPAIO, R.F.; MANCINI, M.C. Estudos de Revisão sistemática: Um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*. São Carlos. v 11. p. 83-89. Jan/ Fev de 2007.

SILVA, M. L.; ROSA, S. S. Jogos e música: recursos terapêuticos ocupacionais no tratamento de adolescentes usuários de substâncias psicoativas. **Adolescência & saúde**, v. 14, p. 58-65, 2017.

SILVA, M. de P. e; MURTA, S. G. Treinamento de habilidades sociais para adolescentes: uma experiência no programa de atenção integral à família (PAIF). **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 136-143, 2009.

SILVA, N. J. C. A Compreensão da família sobre o usuário de substâncias psicoativas. 2015. 142 f. Tese (Doutorado) - Curso de Enfermagem, **Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis**, 2015.

TSZESNIOSKI, L. C. et al. Construindo a rede de cuidados em saúde mental infanto-juvenil: intervenções no território. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2015, v. 20, n. 2, pp. 363-370.

VIEIRA, J. K. S. et al. Concepção sobre drogas: relatos dos usuários do CAPS-ad, de Campina Grande, PB. **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (Ed. port.)**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 274-295, ago. 2010.